

AS REVOLUÇÕES AFRICANAS DO SÉCULO XX



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Jonathan Portela

AS REVOLUÇÕES AFRICANAS DO SÉCULO XX

Série | Saber
& Crítica 17



2026

Copyright © Jonathan Portela
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Portela, Jonathan
As revoluções africanas do século XX / Jonathan Portela. – São Paulo: LF Editorial, 2026. –
(Série saber & crítica; 17)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-702-1

1. África - Civilização 2. África - História 3. Revoluções I. Título. II. Série.

26-337315.0

CDD-960

Índices para catálogo sistemático:
1. África: História 960

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A REVOLUÇÃO ARGELINA E A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO PÓS-COLONIAL (1954-1962)..... | 6 |
| AS REVOLUÇÕES AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E A GUINÉ-BISSAU COMO EPICENTRO (1963-1974) | 44 |
| A REVOLUÇÃO ETÍOPE E O EXPERIMENTO SOCIALISTA DO CHIFRE DA ÁFRICA (1974-1991) | 76 |
| BURKINA FASO E A REVOLUÇÃO DE THOMAS SANKARA (1983-1987) | 106 |
| BIBLIOGRAFIA COMENTADA | 137 |
| SOBRE O AUTOR | 148 |

A REVOLUÇÃO ARGELINA E A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO PÓS- COLONIAL (1954-1962)

A Revolução Argelina, deflagrada em 1 de novembro de 1954 e concluída com a independência em 5 de julho de 1962, representa um dos mais violentos, complexos e significativos processos de descolonização do século XX. A luta argelina constituiu um acontecimento de alcance estrutural, cujas repercussões ultrapassaram o quadro da libertação nacional ao incidir diretamente sobre o declínio do império colonial francês e sobre a reorganização das relações de poder no mundo pós-colonial, exercendo influência duradoura sobre movimentos revolucionários na África, na Ásia e na América Latina. A sua brutalidade, a sua duração e a sua radicalidade fizeram dela um caso exemplar das contradições do colonialismo e das dificuldades da construção de uma nação soberana num contexto de Guerra Fria e de emergência do Terceiro Mundo. Para compreender a natureza e o alcance desta revolução, é necessário, contudo, afastar-se das narrativas simplificadoras, sejam elas as da historiografia colonial, que a reduzem a um surto de violência irracional, sejam as da hagiografia nacionalista, que a apresentam como um

movimento unânime e isento de contradições. A Revolução Argelina foi um processo histórico multifacetado e atravessado por tensões internas, cuja inteligibilidade exige uma análise rigorosa da sociedade colonial que a produziu e da lógica própria que orientou a sua trajetória.

A Argélia do pós-Segunda Guerra Mundial era uma sociedade profundamente fraturada, marcada por mais de um século de dominação colonial francesa. Conquistada em 1830, após uma expedição militar que se prolongou por décadas de resistência, a Argélia não era considerada uma colônia como as outras possessões ultramarinas francesas, mas sim uma parte integrante da França, dividida em três departamentos ultramarinos: Argel, Orã e Constantina. Esta ficção jurídica, consagrada pela Terceira República e mantida pela Quarta, mascarava, contudo, uma realidade de segregação e de desigualdade profundas. A sociedade colonial argelina era composta por dois grupos distintos, separados por um abismo jurídico, econômico e social que estruturava todos os aspectos da vida quotidiana. De um lado, cerca de um milhão de europeus, os *pièds-noirs*, que detinham a cidadania francesa plena e gozavam de todos os direitos e privilégios a ela associados. Do outro, cerca de nove milhões de argelinos muçulmanos, oficialmente designados como “franceses muçulmanos” ou “*indigènes*”, mas que eram, na prática, súditos coloniais, privados de direitos políticos e submetidos a um regime de exceção, o chamado “*Code de l’Indigénat*”, que lhes impunha restrições à liberdade de circulação e de expressão, e que os sujeitava a penas administrativas sem julgamento.

Os *pièds-noirs*, embora socialmente heterogêneos, constituíam um bloco coeso na defesa dos seus privilégios e na manutenção da ordem colonial. A comunidade europeia da Argélia era composta por descendentes de colonos franceses, mas também por espanhóis, italianos, malteses e judeus, que haviam sido naturalizados franceses pelo decreto Crémieux de 1870. Apesar da dessemelhança de suas origens sociais e nacionais, os *pièds-noirs* constituíram, ao longo do século XX, uma identidade coletiva articulada por mecanismos de coesão próprios do colonialismo de povoamento: a ideia de pertença europeia em território africano, a reivindicação de direitos políticos diferenciados e a construção de fronteiras rígidas em relação à maioria muçulmana e a consolidação de redes institucionais e associativas, como sindicatos agrícolas, clubes, imprensa colonial e partidos locais, que reforçavam a sociabilidade endógena e a reprodução política do grupo. Essa identidade se consolidou por meio de um regime de cidadania desigual, no qual a condição de “europeu” funcionava como marcador jurídico e social de acesso privilegiado à representação política, aos cargos administrativos e aos circuitos de crédito, terra e investimento. A oposição aos “árabes” estruturava-se como um elemento constitutivo da ordem colonial, funcionando como princípio organizador de um sistema assentado na separação institucionalizada, na racialização das relações de trabalho e na concentração monopolística do poder político, econômico e administrativo nas mãos da população europeia. Nesse quadro, os colonos se inseriam

como grupo social dotado de forte capacidade de pressão, frequentemente hostil a reformas que ampliassem direitos políticos ou redistribuíssem recursos, pois tais reformas implicavam deslocamentos concretos de propriedade e de posição social.

A Argélia francesa constituía, assim, não apenas um vínculo afetivo ou simbólico, mas um fundamento material de existência: a própria reprodução social dos *piéds-noirs* dependia de um sistema de expropriação de terras argelinas e de um mercado de trabalho estruturado por assimetrias coloniais. A grande propriedade agrícola, com destaque para a viticultura e a produção de cereais voltadas à exportação, cumpria papel central nesse arranjo, articulando a economia local às demandas metropolitanas e conferindo aos colonos uma base econômica capaz de sustentar sua influência política. A concentração fundiária, o acesso diferenciado a infraestruturas (irrigação, transporte e crédito, por exemplo) e a exploração sistemática da mão de obra argelina compunham um complexo agrário-exportador que funcionava como pilar do regime colonial. Desse modo, a “Argélia francesa” aparecia, para os *piéds-noirs*, como projeto histórico e como garantia de posição, enquanto, para a maioria argelina, representava a institucionalização de uma ordem de espoliação e subordinação; tensão estrutural que explica, em grande medida, a radicalização do conflito e a resistência colonial às soluções reformistas.

Os *grands colons* (grandes proprietários e empresários ligados, sobretudo, ao complexo agrário-exportador e aos

circuitos comerciais urbanos) operavam como um núcleo dirigente do “bloco colonial”, convertendo poder econômico em capacidade de veto político. Sua influência decorria, de um lado, do controle de instâncias locais (prefeituras e conselhos departamentais) e de arenas institucionais onde se decidiam orçamento, obras e prioridades administrativas, o que lhes permitia organizar redes de patronagem e moldar a opinião pública por meio da imprensa colonial. De outro lado, esse poder local conectava-se a um *lobby* colonial em Paris, sustentado por deputados e intermediários políticos oriundos de colégios eleitorais dominados pela população europeia, além de alianças com setores ministeriais e administrativos sensíveis à defesa da “*Algérie française*”. O resultado foi a formação de uma cadeia de influência que ia da política municipal na Argélia às negociações na metrópole, frequentemente orientada para bloquear reformas que ampliassem direitos ou redistribuíssem recursos, preservando a arquitetura jurídica e social do regime colonial.

A população muçulmana, por sua vez, vivia numa situação de subalternidade e de marginalização que se havia agravado ao longo de mais de um século de colonização. A conquista francesa havia destruído as estruturas sociais e econômicas tradicionais da sociedade argelina, expropriando as melhores terras e empurrando a maioria da população rural para a miséria. As leis fundiárias coloniais, que impunham a propriedade individual em substituição das formas coletivas de posse da terra, facilitaram a

concentração das terras nas mãos dos colonos europeus. No início da década de 1950, a grande maioria dos camponeses argelinos era composta por pequenos proprietários com parcelas insuficientes para a sua subsistência, por rendeiros que pagavam rendas exorbitantes aos proprietários europeus, ou por trabalhadores rurais sem terra, obrigados a vender a sua força de trabalho nas grandes explorações agrícolas dos colonos por salários de miséria. A pressão demográfica agravava a situação, com uma população que havia triplicado desde o início do século e que não encontrava meios de subsistência suficientes no campo. A miséria no campo alimentava um êxodo rural maciço em direção às cidades, onde se formavam bairros de lata superpovoados e insalubres, as “*bidonvilles*”, que rodeavam os centros urbanos e que eram o testemunho visível da falência do sistema colonial.

Nos centros urbanos, parcelas expressivas da população muçulmana argelina foram progressivamente incorporadas a um mercado de trabalho marcado pela precariedade e por formas de remuneração sistematicamente desvantajosas, compondo um amplo subproletariado submetido a ocupações de baixa qualificação. Esse quadro se articulava a uma segregação espacial estrutural, na qual o espaço urbano refletia e reproduzia a hierarquia colonial: os europeus concentravam-se nos bairros “modernos”, planejados segundo padrões urbanísticos franceses e dotados de infraestrutura, enquanto os argelinos permaneciam majoritariamente nas áreas antigas e superpovoadas, como

a Casbah, ou as *bidonvilles*. A cidade colonial, assim, operava como uma tecnologia de governo: ao organizar o território em zonas socialmente diferenciadas, estabelecia distâncias materiais e simbólicas que naturalizavam desigualdades e facilitavam a vigilância, o controle policial e a administração seletiva de serviços.

A disparidade atravessava múltiplos domínios da vida social e se expressava de modo particularmente agudo na escolarização, na saúde e no emprego. O acesso das crianças muçulmanas à educação formal era sensivelmente inferior ao das crianças europeias, e a predominância exclusiva do francês como língua de ensino funcionava como barreira adicional de integração, uma vez que grande parte das famílias não o utilizava no cotidiano. No campo da saúde, indicadores como a expectativa de vida revelavam assimetrias persistentes, associadas tanto à distribuição desigual de equipamentos e profissionais quanto às condições de moradia, saneamento e nutrição. No mundo do trabalho, a segmentação racializada consolidava-se em uma estrutura ocupacional hierárquica: os argelinos eram sistematicamente alocados nos postos mais baixos e recebiam salários inferiores, inclusive em funções equivalentes, em um regime no qual a discriminação possuía respaldo institucional e impregnava a vida cotidiana; do acesso a serviços públicos às interações sociais ordinárias.

Diante de um quadro persistente de desigualdades jurídicas e de exclusões políticas, o nacionalismo argelino buscou, durante décadas, ampliar direitos e obter reformas

por vias legais e por estratégias de pressão institucional. Suas principais correntes expressavam a diversidade ideológica da sociedade argelina e a pluralidade de repertórios disponíveis para a emancipação. Entre elas, os ulemás, associados à liderança de Abdelhamid Ben Badis, formularam um nacionalismo cultural de inspiração islâmica, centrado na afirmação da identidade árabe-islâmica da Argélia e na reforma religiosa e moral. A Associação dos Ulemás Muçulmanos Argelinos, fundada em 1931, investiu na educação em árabe, na criação de escolas e espaços de ensino relativamente autônomos em relação às estruturas coloniais, e na defesa de uma “purificação” do Islã, entendida como crítica a práticas consideradas supersticiosas ou heterodoxas. Seu lema “O Islã é a nossa religião, o árabe é a nossa língua, a Argélia é a nossa pátria” condensava um programa de renovação cultural e de consolidação identitária. Embora, em seus primeiros momentos, essa corrente não tenha estabelecido como objetivo imediato a independência política, sua ação educativa e associativa desempenhou papel relevante na constituição de uma consciência nacional argelina diferenciada da identidade francesa promovida pelo poder colonial.

Os reformistas liberais, liderados por Ferhat Abbas, representavam a pequena elite de argelinos assimilados que haviam sido educados nas escolas francesas e que acreditavam na possibilidade de uma integração progressiva na sociedade francesa. Abbas, deputado na Assembleia

Argelina, não reivindicava inicialmente a independência, mas sim a igualdade de direitos e a cidadania francesa plena para todos os argelinos. O seu projeto era o de uma Argélia francesa, mas igualitária, na qual muçulmanos e europeus pudessem coexistir em pé de igualdade. Em 1936, ele havia escrito um célebre artigo no qual afirmava não ter encontrado a “nação argelina” e no qual defendia a assimilação como a única via de progresso para os muçulmanos. Esta posição, contudo, evoluiu ao longo do tempo, à medida que as esperanças de reforma eram sistematicamente frustradas pela intransigência dos colonos e do poder colonial. Finalmente, a corrente mais radical era representada pelo Partido do Povo Argelino (PPA), fundado em 1937 por Messali Hadj, que defendia abertamente a independência total da Argélia e a constituição de uma república argelina soberana. O PPA, que tinha uma forte base de apoio entre os trabalhadores emigrados em França e entre o proletariado urbano na Argélia, foi a primeira organização a formular um projeto independentista claro e a mobilizar as massas em torno dele. Messali Hadj, um orador carismático de origem modesta, tornou-se o símbolo do nacionalismo argelino radical e o líder incontestado do movimento independentista durante mais de duas décadas.

A Segunda Guerra Mundial constituiu um ponto de inflexão para o nacionalismo argelino e para o próprio regime de legitimidade do domínio francês. A derrota de junho de 1940, a ocupação da metrópole e a instalação do Estado Francês de Vichy romperam a imagem de

invulnerabilidade da potência colonial e reconfiguraram, na prática, os dispositivos de governo na Argélia. Sob Vichy, até novembro de 1942, o território conheceu a aplicação de políticas de exceção e de discriminações legalmente codificadas, incluindo medidas antissemitas que atingiram, entre outros, os judeus argelinos, com a revogação do Decreto Crémieux, e um endurecimento do controle sobre a vida associativa e política, que limitou ainda mais as margens de atuação de correntes nacionalistas. O desembarque aliado de novembro de 1942 e a subsequente reorganização do poder francês no Norte da África abriram expectativas de recomposição institucional, sobretudo porque a guerra passou a ser lida, por setores argelinos politizados, como um conflito travado em nome de princípios universais. A participação de dezenas de milhares de argelinos nas forças francesas reforçou a demanda por reconhecimento político, articulada por lideranças como Ferhat Abbas, cujas iniciativas a partir de 1943 e o dinamismo associativo do pós-1942 sinalizaram a transição de reivindicações reformistas para projetos mais afirmativos de autonomia. Nesse contexto, referências normativas à autodeterminação passaram a ser mobilizadas como linguagem política de reivindicação, embora sua extensão ao universo colonial permanecesse controversa; a fricção entre a retórica emancipatória da guerra e a persistência das estruturas coloniais, longe de se dissipar no imediato pós-guerra, alimentou o ciclo de radicalização que se aprofundaria a partir de 1945.

Em 1943, Ferhat Abbas apresentou o “Manifesto do Povo Argelino”, que reivindicava o fim da colonização e a criação de um Estado argelino autônomo, associado à França por laços federais. O manifesto, que representava uma radicalização significativa das posições de Abbas, foi apoiado por todas as correntes do nacionalismo argelino, incluindo os ulemás e o PPA, e marcou a formação de uma frente unida em torno de reivindicações comuns. O general de Gaulle, que liderava a França Livre a partir de Argel, tentou responder às aspirações dos nacionalistas com a ordenança de 7 de março de 1944, que concedia a cidadania francesa a cerca de sessenta mil argelinos muçulmanos pertencentes às elites, sem que estes tivessem de renunciar ao seu estatuto pessoal muçulmano. Esta medida, embora significativa, ficava muito aquém das reivindicações do Manifesto e foi rejeitada tanto pelos nacionalistas, que a consideravam insuficiente, como pelos colonos, que a viam como uma ameaça aos seus privilégios.

Essas expectativas, contudo, sofreram um abalo decisivo em 8 de maio de 1945. Nesse dia, enquanto a Europa celebrava o fim da guerra e a vitória sobre o nazismo, manifestações nacionalistas em várias cidades argelinas, nomeadamente em Sétif, Guelma e Kherrata, foram violentamente reprimidas pelo exército e por milícias de colonos. Em Sétif, uma manifestação autorizada pelas autoridades degenerou em violência quando a polícia tentou apreender uma bandeira argelina. Os confrontos resultaram na morte de vários europeus, o que desencadeou uma

repressão de uma brutalidade sem precedentes. O exército, a aviação e a marinha foram mobilizadas para “pacificar” a região. Aldeias foram bombardeadas, populações foram massacradas, execuções sumárias foram realizadas em massa. As milícias de colonos participaram ativamente na repressão, perpetrando atrocidades contra a população muçulmana. O massacre, que durou várias semanas, resultou na morte de milhares de argelinos. As estimativas variam enormemente, desde os 1.500 mortos reconhecidos pelas autoridades francesas até aos 45.000 reivindicados pelos nacionalistas argelinos. A investigação histórica recente aponta para um número provável de vítimas entre 15.000 e 20.000. O episódio de Sétif inscreveu-se como um marco traumático na memória social argelina e alterou, de maneira decisiva, os horizontes de expectativa em relação à presença francesa. Para amplos setores do nacionalismo, o massacre funcionou como prova concreta de que o regime colonial recorreria à coerção extrema diante de qualquer contestação que ameaçasse suas hierarquias. A partir daí, o léxico político das reformas graduais perdeu densidade e credibilidade: a cena colonial passou a ser percebida como um espaço no qual a reivindicação de direitos encontrava, reiteradamente, o limite do uso sistemático da força. Nesse clima de luto e de esclarecimento brutal, a ideia da luta armada deixou de ser apenas uma hipótese minoritária e começou a se impor como alternativa plausível, alimentada por uma experiência histórica que ensinara, no corpo e na memória, o preço de pedir lugar na ordem existente.

Após a guerra, a França tentou acalmar a situação com a concessão de um novo estatuto para a Argélia, aprovado em 1947, que criava uma Assembleia Argelina com poderes limitados e que concedia a cidadania francesa a todos os argelinos, embora mantendo um sistema de dupla representação que garantia a maioria aos europeus. A Assembleia era composta por dois colégios eleitorais separados: o primeiro colégio, que elegia sessenta deputados, era composto pelos cidadãos franceses de estatuto civil, ou seja, essencialmente pelos europeus; o segundo colégio, que elegia também sessenta deputados, era composto pelos “franceses muçulmanos”. Este sistema, que dava o mesmo peso político a um milhão de europeus e a nove milhões de muçulmanos, perpetuava a desigualdade e garantia a dominação dos colonos. Além disso, as eleições para a Assembleia foram sistematicamente falseadas pela administração colonial para impedir a vitória dos candidatos nacionalistas. As fraudes eleitorais, que incluíam a manipulação das listas de eleitores, a intimidação dos votantes e a falsificação dos resultados, eram tão flagrantes que desacreditaram completamente o processo eleitoral e reforçaram a convicção de que a via legal estava bloqueada.

O fracasso da via legal e a intransigência do poder colonial levaram à radicalização de uma parte do movimento nacionalista. No seio do PPA, que havia sido reconstituído como Movimento para o Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD), um grupo de jovens militantes, impacientes com a estratégia legalista de Messali Hadj, criou

uma organização clandestina, a Organização Especial (OS), com o objetivo de preparar a luta armada. A OS, fundada em 1947 e liderada por figuras como Mohamed Belouizdad, Hocine Aït Ahmed e Ahmed Ben Bella, começou a recolher armas, a organizar células clandestinas e a treinar militantes para a guerrilha. A sua ação mais espetacular foi o assalto à agência central dos correios de Orã, em abril de 1949, que permitiu obter fundos para financiar as atividades da organização. Em 1950, a OS foi desmantelada pela polícia francesa, que prendeu centenas de militantes e apreendeu os seus arsenais. Muitos dos seus líderes foram presos ou forçados ao exílio. O desmantelamento da OS e a crise interna que se seguiu no seio do MTLD, que se dividiu em várias facções rivais em torno da liderança de Messali Hadj, pareciam ter posto fim à opção da luta armada. Contudo, um pequeno grupo de antigos membros da OS, conhecidos como os “Nove Históricos”, recusou-se a abandonar o projeto revolucionário.

Este grupo, que incluía Mohamed Boudiaf, Mostefa Ben Boulaïd, Didouche Mourad, Larbi Ben M’Hidi, Rabah Bitat, Krim Belkacem, Hocine Aït Ahmed, Ahmed Ben Bella e Mohamed Khider, reuniu-se secretamente ao longo de 1954 e decidiu criar uma nova organização, a Frente de Libertação Nacional (FLN), com o objetivo de lançar uma insurreição armada em todo o território argelino. A sua estratégia era a de uma ação coordenada e espetacular, que rompesse com a letargia do movimento nacionalista e que colocasse a comunidade internacional perante o facto consumado da

guerra de independência da Argélia. A FLN nasceu com a pretensão de reorganizar o campo nacionalista argelino, neutralizando as clivagens faccionais e as rivalidades de liderança que, até então, haviam limitado a capacidade de ação coletiva e dificultado a constituição de uma direção unificada. Sua prioridade consistia em subordinar divergências doutrinárias e disputas internas a um objetivo político imediato e compartilhável: a independência. Nesse sentido, sua orientação combinava pragmatismo estratégico e elasticidade organizativa, buscando incorporar distintos estratos sociais, sensibilidades políticas e trajetórias militantes, desde que convergissem para a luta anticolonial. A FLN apresentou-se, assim, menos como um partido no sentido clássico, estruturado por um programa ideológico sistemático e por fronteiras rígidas de pertencimento, e mais como uma frente de libertação nacional, capaz de operar como instância de agregação e disciplinamento, oferecendo um quadro amplo de adesão para argelinos dispostos a participar do combate e a reconhecer sua autoridade como direção do movimento.

Em 1º de novembro de 1954, a FLN desencadeou a insurreição por meio de cerca de trinta ataques coordenados contra alvos militares e policiais em diferentes regiões da Argélia, com destaque para o Aurès, a Cabília, o Oranês e a área de Argel. A escolha da data, coincidente com o Dia de Todos os Santos, visava maximizar o efeito de surpresa, aproveitando um momento de menor prontidão administrativa e militar. Embora os resultados operacionais